



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

**SUMÁRIO**

- 1. DO OBJETO**
- 2. DO REGISTRO DE PREÇOS**
- 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**
- 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
- 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**
- 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
- 7. DA FASE DE JULGAMENTO**
- 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**
- 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
- 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**
- 11. DOS RECURSOS**
- 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**
- 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
- 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2025.**

**(Processo Administrativo nº 5935/2025)**

Torna-se público que o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MENDES, por meio da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, sediado na Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, nº 250, 2º andar, Mendes/RJ – CEP 26700-000, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**LOCAL:** Portal de compras do Governo Federal: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

**NÚMERO UASG DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - 928569**

**DATA INÍCIO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS: 15/05/2026**

**REALIZAÇÃO DO PREGÃO: 08/06/2026 às 10:00h horário de Brasília.**

**MODO DE DISPUTA: ABERTO**

**VALOR TOTAL ESTIMADO:** R\$ 1.490.564,43 (um milhão, quatrocentos e noventa mil quinhentos e sessenta e quatro reais e quarenta e três centavos)

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM**

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a futura e eventual aquisição de medicamentos para atendimento às demandas judiciais dos pacientes do Município de Mendes/RJ, para o período de 12 meses, através do Sistema de Registro de Preços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

### **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, **para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021**, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da **Lei Complementar nº 123, de 2006** e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no item 8.18.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

- 4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
  - 4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
  - 4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
  - 4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
  - 4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. O licitante deverá oferecer proposta com o quantitativo previsto no edital, sem possibilidade de apresentação de proposta com quantitativo inferior.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**5.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.**

5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais,





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 0,01 (um centavo)**.





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três,



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo

6.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.6 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

- 7.6.1. conter vícios insanáveis;
  - 7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
  - 7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
    - 7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
    - 7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 7.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
  - 7.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*
  - 7.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
  - 7.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada,



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência e no ETP, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2 A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

### **8.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

8.3.1. Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de empresário individual;

8.3.2. Registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedade simples;

8.3.3. Instrumento Particular de constituição de Empresa Individual de Responsabilidade Ltda com registro na respectiva Junta Comercial do Estado de sua base territorial;

8.3.4. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no órgão correspondente, indicando os atuais responsáveis pela administração, caso os responsáveis não constem no contrato social, documento que indique a responsabilidade pela administração;

8.3.5. No caso de Sociedades Anônimas, cópia da ata da assembleia geral ou da reunião do Conselho de Administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, evidenciando o devido registro na Junta Comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei no 6.404/76;

8.3.6. Cópia do Decreto de autorização para que se estabeleçam no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, no caso de empresas ou sociedades estrangeiras.

### **8.4. REGULARIDADE FISCAL E REGULARIDADE TRABALHISTA**

8.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);

8.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.4.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal, ou outra(s) equivalente(s), tal(tais) como certidão(ões) positiva(s) com efeito de negativa(s), na forma da lei.

8.4.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal (ISSQN/IPTU), através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, **e da Certidão da Dívida Ativa Municipal**, comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

(s) equivalente (s), tal (tais) como certidão (ões) positiva (s) com efeito de negativa (s), na forma da lei, devidamente comprovadas documentalmente pela pessoa jurídica interessada.

8.4.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS), expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda ou Distrito Federal, **e da Certidão de Dívida Ativa Estadual**, comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (tais) como certidão (ões) positiva(s) com efeito de negativa(s), na forma da lei, devidamente comprovadas documentalmente pela pessoa jurídica interessada.

8.4.6. Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal – CEF.

8.4.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.4.8. Para as empresas sediadas no Estado e Município do Rio de Janeiro, as Certidões da Dívida Ativa exigidas nos subitens 8.5.4 e 8.5.5 deverão ser as expedidas pela Procuradoria-Geral do Município e Procuradoria-Geral do Estado (PG-5), respectivamente.

8.4.9. Para as demais empresas não sediadas no Estado e Município do Rio de Janeiro, o(s) documento(s) emitido(s) pelas Fazendas Municipal, Estadual ou do Distrito Federal, do domicílio ou sede da licitante, para fins de prova de regularidade fiscal, deverá (ão) comprovar a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa, ou demonstrar de outra forma documental tal situação fiscal, podendo, para tanto, estar (em) acompanhado(s) de legislação específica ou informação oficial do órgão fazendário.

8.4.10. Terão os mesmos efeitos que a Certidão Negativa ou Certidão de Regularidade, a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitidas pelos respectivos Órgãos, quando o crédito tributário encontrar-se suspenso (Art. 151, c/c o Art. 206 do Código Tributário Nacional).

**8.4.11. Aplicar-se-á idêntico critério para a exigência contida no subitem 8.4.7 desde que observado o art. 642-A, § 2º, da CLT.**

8.4.12. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

**8.4.13. MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

8.4.13.1. O prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período a critério da Administração, para apresentação da prova de regularidade fiscal por parte de microempresas e empresas de pequeno porte contar-se-á a partir do ato de adjudicação e homologação, como atos pretéritos a celebração do contrato, não inviabilizando, caso detentora da menor proposta após classificação definitiva [declaração de vencedor], a continuidade no certame o fato da ausência, na documentação de habilitação, de prova de regularidade fiscal ou apresentação de documentação comprobatória da causa impeditiva de sua obtenção (art. 170, IX, e art. 179 da Constituição Federal, c/c artigos 42 e § 1º do art. 43, da Lei Complementar nº 123/2006).

8.4.13.2. A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei nº



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

14.133/21, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes na ordem de classificação ou revogar a licitação.

#### **8.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

8.5.1. Balanço patrimonial (BP) e demonstração do resultado do exercício (DRE) relativos aos 2 (dois) últimos exercícios sociais, assinados pelo representante legal e pelo contabilista responsável, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, extraídos do livro diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

8.5.1.1. Os documentos nesta alínea limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.5.1.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.5.1.3. O Balanço patrimonial deverá vir acompanhado de declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento dos índices econômicos que comprovem a boa situação financeira do licitante. A boa situação financeira será avaliada quando os índices de LG, LC e SG forem superiores a 1, obtidos a partir das seguintes fórmulas:

a) LG – Liquidez Geral;

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Não Circulante Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

b) LC – Liquidez Corrente;

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

c) SG – Solvência Geral;

$$\text{Solvência Geral} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

8.5.2 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade (art. 69, II, da Lei nº 14.133/21).



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

8.5.2.1 No caso das certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência, recuperação judicial ou concordata, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo fórum competente informando em que fase se encontra o feito em juízo.

## **8.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

8.6.1. A qualificação técnica será comprovada mediante apresentação de, pelo menos, um atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica direito público ou privado, que comprove o fornecimento de objeto compatível com o desta licitação.

8.6.2. Resolução ou publicação no Diário Oficial da União (DOU) que concedeu o registro do produto, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

8.6.3. Caso o prazo de validade do registro esteja vencido, a licitante deverá encaminhar Certificado de Registro ou publicação no Diário Oficial da União (DOU) acompanhado do pedido de revalidação "FP 1" e "FP 2", datado do semestre anterior ao do vencimento, na forma do art.8, do Decreto Federal nº 8.077 de 14 de agosto de 2013.

8.6.3.1 Caso o produto esteja dispensado de registro, a licitante deverá encaminhar Declaração de Notificação de Dispensa de Registro ou Certificado de Dispensa de Registro, emitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, ou outro documento oficial apto a comprovar a dispensa do registro, ficando a cargo da licitante a comprovação de que o produto não está sujeito ao regime da Vigilância Sanitária.

8.6.4. Autorização de Funcionamento, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, de acordo com a Lei Federal nº 6.360/1976.

8.6.5. Alvará de Licença atualizado, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal da sede da licitante, de acordo com o Código Sanitário e legislação complementar.

8.7. Cumprimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

**8.7.1. Declaração firmada pela empresa interessada nos termos do modelo que integra o ANEXO V deste edital, indicando expressamente não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de dezesesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e de acordo com o inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21.**

8.8. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.9. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.10. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.10.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.11. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por documento digital que seja possível a realização de autenticação eletrônica;

8.12. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.13. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.14. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.15. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.16. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.16.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.17. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.17.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.18. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.18.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas** prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.18.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.19. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.19.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.19.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.20. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

8.20.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.20.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.21. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.22. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.18.1.

8.23. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.24. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8.25. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

- 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato lícitado.
- 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato lícitado.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo seguinte meio*: envio da peça de impugnação e dos questionamentos através do e-mail: **[licitacaosaudemendes@gmail.com](mailto:licitacaosaudemendes@gmail.com)**

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

#### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal da Prefeitura Municipal de Mendes (<https://www.mendes.rj.gov.br/>).

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I – Proposta Comercial

14.11.2. ANEXO II – Termo de Referência

14.11.2.1. ANEXO II A - ETP

14.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

14.11.4. ANEXO IV – Minuta do Termo de Contrato

14.11.5. ANEXO V – Modelo de Declaração Unificada

14.11.6. ANEXO VI – Modelo de Declaração de Enquadramento ME/EPP

Mendes – RJ, 08 de abril de 2026.

---

**ANA BEATRIZ GOMES DA SILVA BRAGA**  
**ASSESSORA SUPERIOR DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 5935/2025**  
**EDITAL DE PREGÃO SOB A FORMA ELETRÔNICA Nº 90007/2025**

**ANEXO I – PROPOSTA COMERCIAL**

A contratação em tela tem como objetivo garantir a futura e eventual aquisição de medicamentos para atendimento às demandas judiciais dos pacientes do Município de Mendes/RJ, para o período de 12 meses, através do Sistema de Registro de Preços, processado e julgado através da modalidade pregão, sob a forma eletrônica, observando os preços unitários e totais, bem como nas condições assinalados na presente PROPOSTA COMERCIAL, e em conformidade com as especificações e condições contidas no Termo de Referência (**Anexo II do Edital de Pregão Eletrônico nº 90007/2025**), obedecendo rigorosamente às disposições da legislação competente.

Empresa Proponente: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_  
CEP: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_ Inscrição Estadual: \_\_\_\_\_  
Inscrição ISS: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Item	Descrição	Marca	Und	Quant	Valor Unitário	Valor Total
1	ACEBROFILINA 10 MG/ML, XAROPE, FRASCO 120 ML		FRS	20		
2	ACETAZOLAMIDA 250 MG, COMPRIMIDO		COMP	1500		
3	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG, COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO ENTÉRICA		COMP	3000		
4	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG TAMPONADO, COMPRIMIDO		COMP	3000		
5	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 200 MG TAMPONADO, COMPRIMIDO		COMP	1000		
6	ACIDO ACETILSALICÍLICO 81 MG TAMPONADO, COMPRIMIDO		COMP	1000		
7	ÁCIDO ASCÓRBICO 1G + ZINCO, CITRATO 10 MG, COMPRIMIDO EFERVESCENTE		COMP	900		
8	ÁCIDO URSODESOXICÓLICO 300MG, COMPRIMIDO		COMP	1500		
9	ALOGLIPTINA 25MG + PIOGLITAZINA 30 MG, COMPRIMIDO REVESTIDO		COMP	1000		
10	AMIODARONA, CLORIDRATO 100 MG, COMPRIMIDO		COMP	1000		



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

11	ANLODIPINO, BESILATO 2,5 MG, COMPRIMIDO		COMP	2000		
12	ARGININA, ASPARTATO 250MG, COMPRIMIDO		COMP	2000		
13	ATENOLOL 25 MG, COMPRIMIDO		COMP	2000		
14	ATORVASTATINA CÁLCICA 10 MG, COMPRIMIDO		COMP	1000		
15	ATORVASTATINA CÁLCICA 20 MG, COMPRIMIDO		COMP	3000		
16	BACLOFENO 10MG, COMPRIMIDO		COMP	3000		
17	BENFOTIAMINA 150 MG, DRÁGEA		DRAG	1000		
18	BETAISTINA, DICLORIDRATO 16 MG, COMPRIMIDO		COMP	500		
19	BETAISTINA, DICLORIDRATO 24 MG, COMPRIMIDO		COMP	5000		
20	BETAISTINA, DICLORIDRATO 8 MG, COMPRIMIDO		COMP	1000		
21	BEVACIZUMABE 25MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO 4ML		FRS	2		
22	BIMATOPROSTA 0,1 MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 3ML		FRS	24		
23	BIMATOPROSTA 0,3MG/ML + TIMOLOL5 MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 3 ML		FRS	20		
24	BISOPROLOL, FUMARATO 2,5 MG, COMPRIMIDO		COMP	3000		
25	BISOPROLOL, FUMARATO 5 MG, COMPRIMIDO		COMP	3000		
26	BISOPROLOL, HEMIFUMARATO 1,25 MG, COMPRIMIDO		COMP	2000		
27	BOSENTANA 125MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS		COMP	1800		
28	BOSENTANA 62,5 MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS		COMP	360		
29	BRIMONIDINA, TARTARATO 2MG/ML + TIMOLOL, MALEATO 5MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 5 ML		FRS	50		



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

30	BRIMONIDINA, TARTARATO 1MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 5ML		FRS	50		
31	BRIMONIDINA, TARTARATO 2MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 5ML		FRS	50		
32	BRINZOLAMIDA, TARTARATO 10 MG/ML, SUSPENSÃO OFTÁLMICA, FRASCO 5ML		FRS	24		
33	BRINZOLAMIDA, TARTARATO 10MG/ML + TIMOLOL, MALEATO 5 MG/ML SUSPENSÃO OFTÁLMICA, FRASCO 5 ML		FRS	50		
34	CARBONATO DE CÁLCIO 600MG + COLECALCIFEROL 200 UI, COMPRIMIDO		COMP	500		
35	CARMELOSE SÓDICA 5 MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 10 ML		FRS	60		
36	CICLOBENZAPRINA, CLORIDRATO 5 MG, COMPRIMIDO		COMP	1000		
37	CILOSTAZOL 100 MG, COMPRIMIDO		COMP	3000		
38	CILOSTAZOL 50 MG, COMPRIMIDO		COMP	3000		
39	CIMETIDINA 200 MG, COMPRIMIDO		COMP	1000		
40	CIPROFIBRATO 100 MG, COMPRIMIDO		COMP	2000		
41	CITIDINA 2,5MG + URIDINA 1,5MG + HIDROXOCOBALAMINA 1 MG CÁPSULA		CAPS	2000		
42	CITRATO DE CÁLCIO 250MG, ASSOCIADO À MAGNÉSIO 32,5MG, VITAMINA D 5MCG E VITAMINA K 32,5 MCG, COMPRIMIDO REVSTIDO		COMP	1000		
43	CLONIDINA, CLORIDRATO 0,1 MG, COMPRIMIDO		COMP	1000		
44	CLONIDINA, CLORIDRATO 0,2 MG, COMPRIMIDO		COMP	3000		
45	CLONIDINA, CLORIDRATO 0,15 MG, COMPRIMIDO		COMP	2000		
46	CLOPIDOGREL, BISSULFATO 75 MG, COMPRIMIDO		COMP	6000		



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

47	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO NASAL, FRASCO 50ML		FRS	20		
48	CLORTALIDONA 25MG + AMILORIDA 5MG COMPRIMIDO		COMP	900		
49	COLECALCIFEROL 1.000U.I. COMPRIMIDO REVESTIDO		COMP	500		
50	COLECALCIFEROL 15000 UI CAPSULA		CAPS	200		
51	COLECALCIFEROL 5.600 UI/ML SOLUÇÃO ORAL, FRASCO 10 ML		FRS	30		
52	CREME DE ARNICA, BISNAGA 60G		BIS	45		
53	CUMARINA 15MG + TROXERRUTINA 90 MG, DRÁGEA		DRAG	2000		
54	DABIGATRANA, ETEXILATO 110 MG, CÁPSULA		CAPS	2000		
55	DAPAGLIFLOZINA 10 MG, COMPRIMIDO		COMP	4000		
56	DAPAGLIFOZINA 5MG + METFORMINA 1000 MG, COMPRIMIDO REVESTIDO LIBERAÇÃO PROLONGADA		COMP	2000		
57	DAPAGLIFLOZINA 10MG + METFORMINA 1000 MG, COMPRIMIDO REVESTIDO LIBERAÇÃO PROLONGADA		COMP	2000		
58	DEFLAZACORTE 7,5 MG COMPRIMIDO		COMP	1500		
59	DENOSUMABE 60MG, SOLUÇÃO INJETÁVEL, CONTÉM 1 SERINGA COM 1ML		AMP	2		
60	DEXPANTENOL 50MG/G, BISNAGA 30G		BIS	30		
61	DEXTRANA 70 1MG/ML+ HIPROMELOSE 3MG/ML+ GLICEROL 2 MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 15 ML		FRS	20		
62	DIOSMINA + HESPERIDINA 450 + 50 MG, COMPRIMIDO		COMP	15000		
63	DIOSMINA + HESPERIDINA 900 + 100 MG, COMPRIMIDO		COMP	500		
64	DOBESILATO DE CALCIO 500MG, CÁPSULA (DOBEVEN)		CAPS	2000		



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

65	DOISKA 180MCG, CAPSULA		CAPS	900		
66	DOMPERIDONA 10MG, COMPRIMIDO		COMP	3000		
67	DORZOLAMIDA 2 % SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 5 ML		FRS	50		
68	DOXAZOSINA 5MG + FINASTERIDA 2 MG, CÁPSULA		COMP	500		
69	DOXAZOSINA 2MG, COMPRIMIDO		COMP	2000		
70	DULAGLUTIDA 1,5MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, CANETA		SER	100		
71	EMPAGLIFLOZINA 10 MG COMPRIMIDO REVESTIDO		COMP	2000		
72	EMPAGLIFLOZINA 25 MG COMPRIMIDO REVESTIDO		COMP	1000		
73	ENALAPRIL, MALEATO 10MG + HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG, COMPRIMIDO		COMP	2000		
74	ESOMEPRAZOL, MAGNÉSIO 20 MG, CÁPSULA		CAPS	1000		
75	ESOMEPRAZOL, MAGNÉSIO 40 MG, CÁPSULA		CAPS	1000		
76	ESPIRONOLACTONA 50MG + HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG, COMPRIMIDO		COMP	1000		
77	EZETIMIBA 10 MG, COMPRIMIDO		COMP	2000		
78	EZETIMIBA 10 MG + ROSUVASTATINA 20 MG, COMPRIMIDO		COMP	1000		
79	FENOFIBRATO 200MG COMPRIMIDO		COMP	2000		
80	FERRIPOLIMALTOSE 100 MG COMPRIMIDO MASTIGÁVEL		COMP	1000		
81	FINASTERIDA 5 MG, COMPRIMIDO		COMP	1000		
82	FORMOTEROL + BUDESONIDA 12 + 400 MCG CÁPSULA		CAPS	12000		



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

83	FORMOTEROL, FUMARATO 12 MCG CÁPSULA		CAPS	900		
84	FUROSEMIDA 40MG + CLORETO DE POTÁSSIO 100 MG, COMPRIMIDO		COMP	2000		
85	GLICLAZIDA 60 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA		COMP	3000		
86	GLICOSAMINA, SULFATO 1,5G + CONDROITINA, SULFATO 1,2G, SACHE 5G		SACHE	2000		
87	GLICOSAMINA, SULFATO 500MG + CONDROITINA, SULFATO 400 MG CÁPSULA		CAPS	8000		
88	GLICOSAMINA, SULFATO 1,5 G, SACHÊ 3,95 G		SACHE	1000		
89	GLIMEPIRIDA 2 MG COMPRIMIDO		COMP	2000		
90	GLIMEPIRIDA 4 MG COMPRIMIDO		COMP	3000		
91	HIALURONATO DE SÓDIO 0,15%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 15 ML (HYABAK COLÍRIO)		FRS	120		
92	HIDROSMINA 200MG, CÁPSULA		CAPS	1000		
93	HIPROMELOSE 3MG/ML + DEXTRANA 70 1 MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 15 ML		FRS	100		
94	INDAPAMIDA 1,5 MG COMPRIMIDO		COMP	3000		
95	INSULINA ASPARTE 100 UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL COM SISTEMA DE APLICAÇÃO 3 ML, CANETA		UND	150		
96	INSULINA DEGLUDECA 100 UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, REFIL, TUBETE 3ML		UND	50		
97	INSULINA DEGLUDECA 100UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL COM SISTEMA DE APLICAÇÃO 3ML, CANETA		UND	60		
98	INSULINA FIASP 100UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, REFIL 3ML, TUBETE		UND	20		
99	INSULINA GLARGINA 100 UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO 10 ML		UND	30		



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

100	INSULINA GLARGINA 100 UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL COM SISTEMA DE APLICAÇÃO 3ML, CANETA		UND	200		
101	INSULINA GLARGINA 100 UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, REFIL 3ML, TUBETE		UND	50		
102	INSULINA LIRAGLUTIDA 6 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL COM SISTEMA DE APLICAÇÃO 3 ML, CANETA		UND	100		
103	INSULINA LISPRO 100 UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO 10 ML		FRS	15		
104	ISOSSORBIDA, MONONITRATO 20 MG COMPRIMIDO		COMP	2000		
105	ISOSSORBIDA, MONONITRATO 40 MG COMPRIMIDO		COMP	1500		
106	ITRACONAZOL 100MG, CAPSULA		CAPS	2000		
107	LACTULOSE 667 MG/ML, XAROPE, FRASCO 120 ML		FRS	150		
108	LANZOPRAZOL 30MG CAPSULA DE LIBERAÇÃO PROLONGADA		CAPS	1000		
109	LATANOPROSTENO BUNODE 0,24MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 5ML		FRS	20		
110	LEVANLODIPINO, BESILATO 2,5 MG COMPRIMIDO		COMP	3000		
111	LEVANLODIPINO, BESILATO 5 MG COMPRIMIDO		COMP	2000		
112	LEVODOPA 100MG + CLORIDRATO DE BENZERAZIDA 25MG HBS CÁPSULA DE LIBERAÇÃO CONTROLADA		CAPS	4000		
113	LEVOTIROXINA SÓDICA 112 MCG COMPRIMIDO		COMP	500		
114	LEVOTIROXINA SÓDICA 37,5 MCG COMPRIMIDO		COMP	500		
115	LEVOTIROXINA SÓDICA 75 MCG COMPRIMIDO		COMP	500		
116	LIDOCAÍNA GEL 20MG/G, BISNAGA 30 g		BIS	30		
117	LINAGLIPTINA 5 MG COMPRIMIDO		COMP	1000		





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

118	LOPERAMIDA, CLORIDRATO, 2MG, COMPRIMIDO		COMP	10000		
119	METFORMINA, CLORIDRATO 500 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA		COMP	14000		
120	METILDOPA 500MG, COMPRIMIDO		COMP	2000		
121	METOPROLOL, SUCCINATO 25 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA		COMP	4000		
122	METOPROLOL, SUCCINATO 50 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA		COMP	2000		
123	METOPROLOL. SUCCINATO 100 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA		COMP	1000		
124	MICOFENOLATO DE MOFETILA 500 MG COMPRIMIDO		COMP	2000		
125	MOMETASONA, FUROATO 1 % CREME, BISNAGA 20 G		BIS	20		
126	MOXIFLOXACINO, CLORIDRATO 5MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 5ML (VIGAMOX)		FRS	30		
127	NEBIVOLOL 5 MG COMPRIMIDO		COMP	2000		
128	NEUTROFER FOLICO, COMPRIMIDO		COMP	1500		
129	NIFEDIPINO 10 MG COMPRIMIDO		COMP	2000		
130	NIMESULIDA 100 MG COMPRIMIDO DISPERSÍVEL		COMP	900		
131	NIMODIPINO 30 MG COMPRIMIDO		COMP	2000		
132	NINTEDANIBE 150MG, CAPSULA		CAPS	1800		
133	NISTATINA100.000UI + OXIDO DE ZINCO 200MG/G POMADA, BISNAGA 60G		BIS	40		
134	OLMESARTANA 20MG, COMPRIMIDO		COMP	1000		
135	PANTOPRAZOL 20 MG COMPRIMIDO		COMP	2000		



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

136	PANTOPRAZOL 40 MG COMPRIMIDO		COMP	6000		
137	PASSIFLORA INCARNATA 100MG + CRATAEGUS OXYACANTHA 30MG + SALIX ALBA 100 MG COMPRIMIDO		COMP	1000		
138	PENTOXIFILINA 400 MG COMPRIMIDO		COMP	2000		
139	PERINDOPRIL 10MG COMPRIMIDO REVESTIDO		COMP	1000		
140	PREDNISOLONA, ACETATO 10 MG/ML, SUSPENSÃO OFTÁLMICA, FRASCO 5ML (STER)		FRS	40		
141	PROPRANOLOL 10MG COMPRIMIDO		COMP	2000		
142	PROPATILNITRATO 10 MG COMPRIMIDO		COMP	18000		
143	RACECADOTRILA 100MG CAPSULA		CAPS	2000		
144	RACEMETIONINA 100G+CLORETO DE COLINA 20MG COMPRIMIDO		COMP	2000		
145	RISEDRONATO SÓDICO 35MG COMPRIMIDO		COMP	100		
146	RIVAROXABANA 15 MG COMPRIMIDO		COMP	3000		
147	RIVAROXABANA 20 MG COMPRIMIDO		COMP	4000		
148	ROSUVASTATINA CÁLCICA 20 MG COMPRIMIDO		COMP	8000		
149	SACUBITRIL 49MG + VALSARTANA51MG COMPRIMIDO REVESTIDO		COMP	2000		
150	SITAGLIPTINA 100 MG, COMPRIMIDO (JANUVIA)		COMP	1000		
151	SOTALOL, CLORIDRATO 160 MG COMPRIMIDO		COMP	2000		
152	SUPLEMENTO NUTRICIONAL COMPOSTO POR LUTEÍNA, ZEAXANTINA, ZINCO E VITAMINAS A, C, E, 20MG, CAPSULA		CAPS	1500		
153	SYSTANE UL, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 10 ML		FRS	20		



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

154	TANSULOSINA, CLORIDRATO 0,4MG + DUTASTERIDA 0,5MG, CÁPSULA DE LIBERAÇÃO PROLONGADA		CAPS	1800		
155	TIMOLOL, MALEATO 0,5 % SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5 ML		FRS	90		
156	TRAVOPROSTA 0,04%MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA 2,5 ML		FRS	40		
157	TRIMETAZIDINA 35 MG COMPRIMIDO		COMP	12000		
158	TRIMETAZIDINA 80 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA		COMP	3000		
159	UMECLIDÍNIO, BROMETO 62,5 MCG + VILANTEROL 25 MCG, FRASCO 30DOSES		FRS	20		
160	VALSARTANA 320MG + ANLODIPINA 5 MG COMPRIMIDO REVESTIDO		COMP	1000		
161	VALSARTANA 160MG + ANLODIPINA 5 MG COMPRIMIDO REVESTIDO		COMP	1500		
162	VALSARTANA 160MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5 MG COMPRIMIDO		COMP	3000		
163	VALSARTANA 160MG COMPRIMIDO REVESTIDO		COMP	5000		
164	VERAPAMIL 120MG COMPRIMIDO		COMP	3000		
165	VERAPAMIL 80MG COMPRIMIDO		COMP	3000		
166	VILDAGLIPTINA + METFORMINA, CLORIDRATO 50 + 1000 MG COMPRIMIDO		COMP	1500		
167	VILDAGLIPTINA 50 MG COMPRIMIDO		COMP	1500		
168	VIMPOCETINA 5 MG COMPRIMIDO		COMP	6000		
169	CARBAMAZEPINA 400MG, COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA		COMP	2000		
170	OLANZAPINA 5MG, COMPRIMIDO		COMP	1000		

Valor Total R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

**ENCARGOS FINANCEIROS**

Estão incluídos nos valores dos produtos os custos diretos e indiretos da contratação, quais sejam: frete, seguro, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, bem como todos os demais que eventualmente incidam ou venham a incidir na relação jurídica.

**VALIDADE DA PROPOSTA**

A validade da proposta será de 90 (noventa) dias da data de sua entrega ao Pregoeiro.

**CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DOS ITENS**

O fornecimento dos bens licitados se dará em de forma parcelada, observado o prazo fixado no Termo de referência, Anexo II, expedido pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, no **prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos**, contados a partir do **recebimento da nota de empenho**. A entrega será na Farmácia Básica Municipal, cujo endereço é Rua Professor Paulo Sérgio Nader Pereira, nº 250, Centro – Mendes/RJ – CEP 26700-000, das 09:00h às 16:00h.

**DADOS BANCÁRIOS**

Banco: \_\_\_\_\_ Nº do Banco: \_\_\_\_\_  
Nº da Agência: \_\_\_\_\_ Conta Corrente: \_\_\_\_\_

**Declaramos inteira submissão às cláusulas e condições do Edital de Pregão Eletrônico nº 90007/2025.**

**Declaramos, na forma do artigo 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21, que atendemos plenamente os requisitos exigidos para habilitação de que trata a presente licitação – Pregão Eletrônico nº 90007/2025.**

**Declaramos para fins do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 que:**

- a) Estamos enquadrados na situação de **microempresa**;
- b) O valor da receita bruta anual da sociedade, no ano-calendário, não excederá o limite fixado no inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06;
- c) Não nos enquadrados em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mesma lei.
  
- a) Estamos enquadrados na situação **de empresa de pequeno porte**;
- b) O valor da receita bruta anual da sociedade, no ano-calendário, não excederá o limite fixado no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06;
- c) Não nos enquadrados em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mesma lei.

Local, dia, assinatura e carimbo do representante legal da proponente.

Local e Data  
Assinatura e Carimbo da Empresa



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES

## SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE



### TERMO DE REFERENCIA

#### 1. DO OBJETO

1.1. Este Termo de Referência tem por objeto aquisição futura e eventual de medicamentos para atendimento às demandas judiciais dos pacientes do Município de Mendes/RJ.

#### 2. JUSTIFICATIVA DA COMPRA

2.2. A contratação se justifica para aquisição futura e eventual de medicamentos para atendimento às demandas judiciais dos pacientes do Município de Mendes/RJ. Cabe ao ente público assegurar a todos o direito à saúde, conforme está expressamente descrito no art. 196 da Constituição Federal: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

#### 3. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	CATMAT	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ACEBROFILINA 10 MG/ML, XAROPE, FRASCO 120 ML	FRS	448839	20	R\$ 26,65	R\$ 533,00
2	ACETAZOLAMIDA 250 MG, COMPRIMIDO	COMP	278283	1500	R\$ 0,9334	R\$ 1.400,10
3	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG, COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO ENTÉRICA	COMP	337678	3000	R\$ 0,69	R\$ 2.070,00
4	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG TAMPONADO, COMPRIMIDO	COMP	270965	3000	R\$ 0,6807	R\$ 2.042,10
5	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 200 MG TAMPONADO, COMPRIMIDO	COMP	343877	1000	R\$ 0,87	R\$ 870,00
6	ACIDO ACETILSALICÍLICO 81 MG TAMPONADO, COMPRIMIDO	COMP	285055	1000	R\$ 0,4473	R\$ 447,30
7	ÁCIDO ASCÓRBICO 1G + ZINCO, CITRATO 10 MG, COMPRIMIDO EFERVESCENTE	COMP	395609	900	R\$ 1,23	R\$ 1.107,00
8	ÁCIDO URSODESOXICÓLICO 300MG, COMPRIMIDO	COMP	309040	1500	R\$ 3,8481	R\$ 5.772,15
9	ALOGLIPTINA 25MG + PIOGLITAZINA 30 MG, COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	445954	1000	R\$ 7,40	R\$ 7.400,00
10	AMIODARONA, CLORIDRATO 100 MG, COMPRIMIDO	COMP	271709	1000	R\$ 0,7042	R\$ 704,20



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**



11	ANLODIPINO, BESILATO 2,5 MG, COMPRIMIDO	COMP	272435	2000	R\$ 1,07	R\$ 2.140,00
12	ARGININA, ASPARTATO 250MG, COMPRIMIDO	COMP	414457	2000	R\$ 2,94	R\$ 5.880,00
13	ATENOLOL 25 MG, COMPRIMIDO	COMP	267516	2000	R\$ 0,2162	R\$ 432,40
14	ATORVASTATINA CÁLCICA 10 MG, COMPRIMIDO	COMP	268080	1000	R\$ 0,529	R\$ 529,00
15	ATORVASTATINA CÁLCICA 20 MG, COMPRIMIDO	COMP	268081	3000	R\$ 0,77	R\$ 2.310,00
16	BACLOFENO 10MG, COMPRIMIDO	COMP	271746	3000	R\$ 0,85	R\$ 2.550,00
17	BENFOTIAMINA 150 MG, DRÁGEA	DRAG	410989	1000	R\$ 2,8104	R\$ 2.810,40
18	BETAISTINA, DICLORIDRATO 16 MG, COMPRIMIDO	COMP	267936	500	R\$ 0,56	R\$ 280,00
19	BETAISTINA, DICLORIDRATO 24 MG, COMPRIMIDO	COMP	343573	5000	R\$ 0,9531	R\$ 4.765,50
20	BETAISTINA, DICLORIDRATO 8 MG, COMPRIMIDO	COMP	399109	1000	R\$ 0,57	R\$ 570,00
21	BEVACIZUMABE 25MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO 4ML	FRS	311390	2	R\$ 1.195,57	R\$ 2.391,14
22	BIMATOPROSTA 0,1 MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 3ML	FRS	405997	24	R\$ 119,59	R\$ 2.870,16
23	BIMATOPROSTA 0,3MG/ML + TIMOLOL 5 MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 3 ML	FRS	380419	20	R\$ 120,43	R\$ 2.408,60
24	BISOPROLOL, FUMARATO 2,5 MG, COMPRIMIDO	COMP	362720	3000	R\$ 1,08	R\$ 3.240,00
25	BISOPROLOL, FUMARATO 5 MG, COMPRIMIDO	COMP	362718	3000	R\$ 1,38	R\$ 4.140,00
26	BISOPROLOL, HEMIFUMARATO 1,25 MG, COMPRIMIDO	COMP	362719	2000	R\$ 0,97	R\$ 1.940,00
27	BOSENTANA 125MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	COMP	280115	1800	R\$ 56,80	R\$ 102.240,00
28	BOSENTANA 62,5 MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	COMP	280116	360	R\$ 30,22	R\$ 10.879,20
29	BRIMONIDINA, TARTARATO 2MG/ML + TIMOLOL, MALEATO 5MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 5 ML	FRS	319000	50	R\$ 94,28	R\$ 4.714,00
30	BRIMONIDINA, TARTARATO 1MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 5ML	FRS	392403	50	R\$ 48,68	R\$ 2.434,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**



31	BRIMONIDINA, TARTARATO 2MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 5ML	FRS	268352	50	R\$ 80,81	R\$ 4.040,50
32	BRINZOLAMIDA, TARTARATO 10 MG/ML, SUSPENSÃO OFTÁLMICA, FRASCO 5ML	FRS	353418	24	R\$ 93,54	R\$ 2.244,96
33	BRINZOLAMIDA, TARTARATO 10MG/ML + TIMOLOL, MALEATO 5 MG/ML SUSPENSÃO OFTÁLMICA, FRASCO 5 ML	FRS	395807	50	R\$ 112,21	R\$ 5.610,50
34	CARBONATO DE CÁLCIO 600MG + COLECALCIFEROL 200 UI, COMPRIMIDO	COMP	327766	500	R\$ 1,50	R\$ 750,00
35	CARMELOSE SÓDICA 5 MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 10 ML	FRS	305428	60	R\$ 35,36	R\$ 2.121,60
36	CICLOBENZAPRINA, CLORIDRATO 5 MG, COMPRIMIDO	COMP	272166	1000	R\$ 0,56	R\$ 560,00
37	CILOSTAZOL 100 MG, COMPRIMIDO	COMP	276378	3000	R\$ 0,8471	R\$ 2.541,30
38	CILOSTAZOL 50 MG, COMPRIMIDO	COMP	276377	3000	R\$ 0,3352	R\$ 1.005,60
39	CIMETIDINA 200 MG, COMPRIMIDO	COMP	267627	1000	R\$ 0,921	R\$ 921,00
40	CIPROFIBRATO 100 MG, COMPRIMIDO	COMP	308738	2000	R\$ 0,96	R\$ 1.920,00
41	CITIDINA 2,5MG + URIDINA 1,5MG + HIDROXOCOBALAMINA 1 MG CÁPSULA	CAPS	273830	2000	R\$ 2,499	R\$ 4.998,00
42	CITRATO DE CÁLCIO 250MG, ASSOCIADO À MAGNÉSIO 32,5MG, VITAMINA D 5MCG E VITAMINA K 32,5 MCG, COMPRIMIDO REVSTIDO	COMP	445398	1000	R\$ 2,00	R\$ 2.000,00
43	CLONIDINA, CLORIDRATO 0,1 MG, COMPRIMIDO	COMP	272043	1000	R\$ 0,3211	R\$ 321,10
44	CLONIDINA, CLORIDRATO 0,2 MG, COMPRIMIDO	COMP	272042	3000	R\$ 0,54	R\$ 1.620,00
45	CLONIDINA, CLORIDRATO 0,15 MG, COMPRIMIDO	COMP	272044	2000	R\$ 0,36	R\$ 720,00
46	CLOPIDOGREL, BISSULFATO 75 MG, COMPRIMIDO	COMP	272045	6000	R\$ 0,91	R\$ 5.460,00
47	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO NASAL, FRASCO 50ML	FRS	437160	20	R\$ 31,68	R\$ 633,60
48	CLORTALIDONA 25MG + AMILORIDA 5MG COMPRIMIDO	COMP	327802	900	R\$ 1,3055	R\$ 1.174,95
49	COLECALCIFEROL 1.000U.I. COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	434125	500	R\$ 1,2142	R\$ 607,10





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**



50	COLECALCIFEROL 15000 UI CAPSULA	CAPS	601402	200	R\$ 12,98	R\$ 2.596,00
51	COLECALCIFEROL 5.600 UI/ML SOLUÇÃO ORAL, FRASCO 10 ML	FRS	428744	30	R\$ 67,47	R\$ 2.024,10
52	CREME DE ARNICA, BISNAGA 60G	BIS	617487	45	R\$ 16,88	R\$ 759,60
53	CUMARINA 15MG + Troxerrutina 90 MG, DRÁGEA	DRAG	296647	2000	R\$ 1,3926	R\$ 2.785,20
54	DABIGATRANA, ETEXILATO 110 MG, CÁPSULA	CAPS	370117	2000	R\$ 5,87	R\$ 11.740,00
55	DAPAGLIFLOZINA 10 MG, COMPRIMIDO	COMP	432908	4000	R\$ 4,4686	R\$ 17.874,40
56	DAPAGLIFOZINA 5MG + METFORMINA 1000 MG, COMPRIMIDO REVESTIDO LIBEAÇÃO PROLONGADA	COMP	616721	2000	R\$ 3,6025	R\$ 7.205,00
57	DAPAGLIFLOZINA 10MG + METFORMINA 1000 MG, COMPRIMIDO REVESTIDO LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMP	478655	2000	R\$ 6,9906	R\$ 13.981,20
58	DEFLAZACORTE 7,5 MG COMPRIMIDO	COMP	273149	1500	R\$ 3,3478	R\$ 5.021,70
59	DENOSUMABE 60MG, SOLUÇÃO INJETÁVEL, CONTÉM 1 SERINGA COM 1ML	AMP	421223	2	R\$ 886,25	R\$ 1.772,50
60	DEXPANTENOL 50MG/G, BISNAGA 30G	BIS	299236	30	R\$ 41,25	R\$ 1.237,50
61	DEXTRANA 70 1MG/ML+ HIPROMELOSE 3MG/ML+ GLICEROL 2 MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 15 ML	FRS	312390	20	R\$ 29,12	R\$ 582,40
62	DIOSMINA + HESPERIDINA 450 + 50 MG, COMPRIMIDO	COMP	273818	15000	R\$ 1,69	R\$ 25.350,00
63	DIOSMINA + HESPERIDINA 900 + 100 MG, COMPRIMIDO	COMP	428425	500	R\$ 3,70	R\$ 1.850,00
64	DOBESILATO DE CALCIO 500MG, CÁPSULA (DOBEVEN)	CAPS	434714	2000	R\$ 2,53	R\$ 5.060,00
65	DOISKA 180MCG, CAPSULA	CAPS	480411	900	R\$ 3,28	R\$ 2.952,00
66	DOMPERIDONA 10MG, COMPRIMIDO	COMP	269962	3000	R\$ 0,2541	R\$ 762,30
67	DORZOLAMIDA 2 % SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 5 ML	FRS	272580	50	R\$ 58,18	R\$ 2.909,00
68	DOXAZOSINA 5MG + FINASTERIDA 2 MG, CÁPSULA	COMP	429055	500	R\$ 2,93	R\$ 1.465,00
69	DOXAZOSINA 2MG, COMPRIMIDO	COMP	268493	2000	R\$ 0,50	R\$ 1.000,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**



70	DULAGLUTIDA 1,5MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, CANETA	SER	442521	100	R\$ 170,863	R\$ 17.086,30
71	EMPAGLIFLOZINA 10 MG COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	437078	2000	R\$ 10,10	R\$ 20.200,00
72	EMPAGLIFLOZINA 25 MG COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	434874	1000	R\$ 9,58	R\$ 9.580,00
73	ENALAPRIL, MALEATO 10MG + HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG, COMPRIMIDO	COMP	271172	2000	R\$ 1,246	R\$ 2.492,00
74	ESOMEPRAZOL, MAGNÉSIO 20 MG, CÁPSULA	CAPS	274186	1000	R\$ 0,934	R\$ 934,00
75	ESOMEPRAZOL, MAGNÉSIO 40 MG, CÁPSULA	CAPS	274187	1000	R\$ 4,923	R\$ 4.923,00
76	ESPIRONOLACTONA 50MG + HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG, COMPRIMIDO	COMP	280876	1000	R\$ 2,78	R\$ 2.780,00
77	EZETIMIBA 10 MG, COMPRIMIDO	COMP	285686	2000	R\$ 1,2486	R\$ 2.497,20
78	EZETIMIBA 10 MG + ROSUVASTATINA 20 MG, COMPRIMIDO	COMP	477128	1000	R\$ 3,28	R\$ 3.280,00
79	FENOFIBRATO 200MG COMPRIMIDO	COMP	267081	2000	R\$ 2,93	R\$ 5.860,00
80	FERRIPOLIMALTOSE 100 MG COMPRIMIDO MASTIGÁVEL	COMP	448678	1000	R\$ 1,123	R\$ 1.123,00
81	FINASTERIDA 5 MG, COMPRIMIDO	COMP	275963	1000	R\$ 1,1308	R\$ 1.130,80
82	FORMOTEROL + BUDESONIDA 12 + 400 MCG CÁPSULA	CAPS	387340	12000	R\$ 1,74	R\$ 20.880,00
83	FORMOTEROL, FUMARATO 12 MCG CÁPSULA	CAPS	352408	900	R\$ 2,1564	R\$ 1.940,76
84	FUROSEMIDA 40MG + CLORETO DE POTÁSSIO 100 MG, COMPRIMIDO	COMP	292732	2000	R\$ 1,0909	R\$ 2.181,80
85	GLICLAZIDA 60 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMP	442755	3000	R\$ 1,372	R\$ 4.116,00
86	GLICOSAMINA, SULFATO 1,5G + CONDROITINA, SULFATO 1,2G, SACHE 5G	SACH E	394237	2000	R\$ 1,75	R\$ 3.500,00
87	GLICOSAMINA, SULFATO 500MG + CONDROITINA, SULFATO 400 MG CÁPSULA	CAPS	274227	8000	R\$ 1,71	R\$ 13.680,00
88	GLICOSAMINA, SULFATO 1,5 G, SACHÊ 3,95 G	SACH E	309530	1000	R\$ 4,089	R\$ 4.089,00
89	GLIMEPIRIDA 2 MG COMPRIMIDO	COMP	273119	2000	R\$ 0,24	R\$ 480,00
90	GLIMEPIRIDA 4 MG COMPRIMIDO	COMP	273121	3000	R\$ 0,55	R\$ 1.650,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**



91	HIALURONATO DE SÓDIO 0,15%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 15 ML (HYABAK COLÍRIO)	FRS	432741	120	R\$ 42,99	R\$ 5.158,80
92	HIDROSMINA 200MG, CÁPSULA	CAPS	443476	1000	R\$ 1,22	R\$ 1.220,00
93	HIPROMELOSE 3MG/ML + DEXTRANA 70 1 MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 15 ML	FRS	312390	100	R\$ 33,39	R\$ 3.339,00
94	INDAPAMIDA 1,5 MG COMPRIMIDO	COMP	352301	3000	R\$ 0,2866	R\$ 859,80
95	INSULINA ASPARTE 100 UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL COM SISTEMA DE APLICAÇÃO 3 ML, CANETA	UND	396051	150	R\$ 67,39	R\$ 10.108,50
96	INSULINA DEGLUDECA 100 UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, REFIL, TUBETE 3ML	UND	432782	50	R\$ 201,78	R\$ 10.089,00
97	INSULINA DEGLUDECA 100UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL COM SISTEMA DE APLICAÇÃO 3ML, CANETA	UND	433218	60	R\$ 151,53	R\$ 9.091,80
98	INSULINA FIASP 100UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, REFIL 3ML, TUBETE	UND	276234	20	R\$ 64,33	R\$ 1.286,60
99	INSULINA GLARGINA 100 UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO 10 ML	UND	273836	30	R\$ 273,25	R\$ 8.197,50
100	INSULINA GLARGINA 100 UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL COM SISTEMA DE APLICAÇÃO 3ML, CANETA	UND	399010	200	R\$ 65,33	R\$ 13.066,00
101	INSULINA GLARGINA 100 UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, REFIL 3ML, TUBETE	UND	438153	50	R\$ 72,96	R\$ 3.648,00
102	INSULINA LIRAGLUTIDA 6 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL COM SISTEMA DE APLICAÇÃO 3 ML, CANETA	UND	448754	100	R\$ 196,12	R\$ 19.612,00
103	INSULINA LISPRO 100 UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO 10 ML	FRS	276233	15	R\$ 152,27	R\$ 2.284,05
104	ISOSSORBIDA, MONONITRATO 20 MG COMPRIMIDO	COMP	273400	2000	R\$ 0,4243	R\$ 848,60
105	ISOSSORBIDA, MONONITRATO 40 MG COMPRIMIDO	COMP	273401	1500	R\$ 0,71	R\$ 1.065,00
106	ITRACONAZOL 100MG, CÁPSULA	CAPS	268861	2000	R\$ 2,766	R\$ 5.532,00
107	LACTULOSE 667 MG/ML, XAROPE, FRASCO 120 ML	FRS	383750	150	R\$ 16,55	R\$ 2.482,50



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**



108	LANZOPRAZOL 30MG CAPSULA DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	CAPS	448639	1000	R\$ 1,95	R\$ 1.950,00
109	LATANOPROSTENO BUNODE 0,24MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 5ML	FRS	623298	20	R\$ 136,90	R\$ 2.738,00
110	LEVANLODIPINO, BESILATO 2,5 MG COMPRIMIDO	COMP	424170	3000	R\$ 0,96	R\$ 2.880,00
111	LEVANLODIPINO, BESILATO 5 MG COMPRIMIDO	COMP	424169	2000	R\$ 2,68	R\$ 5.360,00
112	LEVODOPA 100MG + CLORIDRATO DE BENZERAZIDA 25MG HBS CÁPSULA DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	CAPS	398689	4000	R\$ 1,66	R\$ 6.640,00
113	LEVOTIROXINA SÓDICA 112 MCG COMPRIMIDO	COMP	296650	500	R\$ 0,571	R\$ 285,50
114	LEVOTIROXINA SÓDICA 37,5 MCG COMPRIMIDO	COMP	437374	500	R\$ 0,3506	R\$ 175,30
115	LEVOTIROXINA SÓDICA 75 MCG COMPRIMIDO	COMP	268859	500	R\$ 0,317	R\$ 158,50
116	LIDOCAÍNA GEL 20MG/G, BISNAGA 30 g	BIS	269846	30	R\$ 13,86	R\$ 415,80
117	LINAGLIPTINA 5 MG COMPRIMIDO	COMP	407214	1000	R\$ 3,72	R\$ 3.720,00
118	LOPERAMIDA, CLORIDRATO, 2MG, COMPRIMIDO	COMP	273264	10000	R\$ 0,375	R\$ 3.750,00
119	METFORMINA, CLORIDRATO 500 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	COMP	388796	14000	R\$ 0,35	R\$ 4.900,00
120	METILDOPA 500MG, COMPRIMIDO	COMP	267688	2000	R\$ 1,585	R\$ 3.170,00
121	METOPROLOL, SUCCINATO 25 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMP	276656	4000	R\$ 0,60	R\$ 2.400,00
122	METOPROLOL, SUCCINATO 50 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMP	276657	2000	R\$ 1,71	R\$ 3.420,00
123	METOPROLOL. SUCCINATO 100 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMP	276658	1000	R\$ 1,6069	R\$ 1.606,90
124	MICOFENOLATO DE MOFETILA 500 MG COMPRIMIDO	COMP	448579	2000	R\$ 4,545	R\$ 9.090,00
125	MOMETASONA, FUROATO 1 % CREME, BISNAGA 20 G	BIS	273484	20	R\$ 23,38	R\$ 467,60
126	MOXIFLOXACINO, CLORIDRATO 5MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 5ML (VIGAMOX)	FRS	288300	30	R\$ 46,52	R\$ 1.395,60
127	NEBIVOLOL 5 MG COMPRIMIDO	COMP	396702	2000	R\$ 1,05	R\$ 2.100,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**



128	NEUTROFER FOLICO, COMPRIMIDO	COMP	448601	1500	R\$ 1,6543	R\$ 2.481,45
129	NIFEDIPINO 10 MG COMPRIMIDO	COMP	267728	2000	R\$ 0,68	R\$ 1.360,00
130	NIMESULIDA 100 MG COMPRIMIDO DISPERSÍVEL	COMP	273710	900	R\$ 1,3683	R\$ 1.231,47
131	NIMODIPINO 30 MG COMPRIMIDO	COMP	270007	2000	R\$ 1,75	R\$ 3.500,00
132	NINTEDANIBE 150MG, CAPSULA	CAPS	436345	1800	R\$ 337,418	R\$ 607.352,40
133	NISTATINA100.000UI + OXIDO DE ZINCO 200MG/G POMADA, BISNAGA 60G	BIS	279297	40	R\$ 20,23	R\$ 809,20
134	OLMESARTANA 20MG, COMPRIMIDO	COMP	296741	1000	R\$ 6,10	R\$ 6.100,00
135	PANTOPRAZOL 20 MG COMPRIMIDO	COMP	268848	2000	R\$ 0,56	R\$ 1.120,00
136	PANTOPRAZOL 40 MG COMPRIMIDO	COMP	267892	6000	R\$ 1,0458	R\$ 6.274,80
137	PASSIFLORA INCARNATA 100MG + CRATAEGUS OXYACANTHA 30MG + SALIX ALBA 100 MG COMPRIMIDO	COMP	478699	1000	R\$ 1,0022	R\$ 1.002,20
138	PENTOXIFILINA 400 MG COMPRIMIDO	COMP	267902	2000	R\$ 2,4173	R\$ 4.834,60
139	PERINDOPRIL 10MG COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	436600	1000	R\$ 3,3946	R\$ 3.394,60
140	PREDNISOLONA, ACETATO 10 MG/ML, SUSPENSÃO OFTALMICA, FRASCO 5ML (STER)	FRS	448591	40	R\$ 28,51	R\$ 1.140,40
141	PROPRANOLOL 10MG COMPRIMIDO	COMP	267771	2000	R\$ 0,2045	R\$ 409,00
142	PROPATILNITRATO 10 MG COMPRIMIDO	COMP	273135	18000	R\$ 0,671	R\$ 12.078,00
143	RACECADOTRILA 100MG CAPSULA	CAPS	275937	2000	R\$ 4,95	R\$ 9.900,00
144	RACEMETIONINA 100G+CLORETO DE COLINA 20MG COMPRIMIDO	COMP	600080	2000	R\$ 0,48	R\$ 960,00
145	RISEDRONATO SÓDICO 35MG COMPRIMIDO	COMP	396717	100	R\$ 8,68	R\$ 868,00
146	RIVAROXABANA 15 MG COMPRIMIDO	COMP	412092	3000	R\$ 1,55	R\$ 4.650,00
147	RIVAROXABANA 20 MG COMPRIMIDO	COMP	412091	4000	R\$ 0,7526	R\$ 3.010,40
148	ROSUVASTATINA CÁLCICA 20 MG COMPRIMIDO	COMP	282882	8000	R\$ 0,50	R\$ 4.000,00





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**



149	SACUBITRIL 49MG + VALSARTANA 51MG COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	445430	2000	R\$ 5,9455	R\$ 11.891,00
150	SITAGLIPTINA 100 MG, COMPRIMIDO (JANUVIA)	COMP	331389	1000	R\$ 6,3812	R\$ 6.381,20
151	SOTALOL, CLORIDRATO 160 MG COMPRIMIDO	COMP	274647	2000	R\$ 1,1663	R\$ 2.332,60
152	SUPLEMENTO NUTRICIONAL COMPOSTO POR LUTEÍNA, ZEAXANTINA, ZINCO E VITAMINAS A, C, E, 20MG, CAPSULA	CAPS	465748	1500	R\$ 0,70	R\$ 1.050,00
153	SYSTANE UL, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 10 ML	FRS	375387	20	R\$ 86,61	R\$ 1.732,20
154	TANSULOSINA, CLORIDRATO 0,4MG + DUTASTERIDA 0,5MG, CÁPSULA DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	CAPS	428705	1800	R\$ 3,38	R\$ 6.084,00
155	TIMOLOL, MALEATO 0,5 % SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5 ML	FRS	272581	90	R\$ 8,63	R\$ 776,70
156	TRAVOPROSTA 0,04% MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA 2,5 ML	FRS	268005	40	R\$ 42,00	R\$ 1.680,00
157	TRIMETAZIDINA 35 MG COMPRIMIDO	COMP	382197	12000	R\$ 1,6387	R\$ 19.664,40
158	TRIMETAZIDINA 80 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMP	480079	3000	R\$ 6,852	R\$ 20.556,00
159	UMECLIDÍNIO, BROMETO 62,5 MCG + VILANTEROL 25 MCG, FRASCO 30DOSES	FRS	437993	20	R\$ 91,8722	R\$ 1.837,444
160	VALSARTANA 320MG + ANLODIPINA 5 MG COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	357063	1000	R\$ 91,2465	R\$ 91.246,50
161	VALSARTANA 160MG + ANLODIPINA 5 MG COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	357062	1500	R\$ 2,66	R\$ 3.990,00
162	VALSARTANA 160MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5 MG COMPRIMIDO	COMP	292791	3000	R\$ 1,9386	R\$ 5.815,80
163	VALSARTANA 160MG COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	306145	5000	R\$ 1,49	R\$ 7.450,00
164	VERAPAMIL 120MG COMPRIMIDO	COMP	267573	3000	R\$ 1,01	R\$ 3.030,00
165	VERAPAMIL 80MG COMPRIMIDO	COMP	267425	3000	R\$ 0,59	R\$ 1.770,00
166	VILDAGLIPTINA + METFORMINA, CLORIDRATO 50 + 1000 MG COMPRIMIDO	COMP	397600	1500	R\$ 1,58	R\$ 2.370,00
167	VILDAGLIPTINA 50 MG COMPRIMIDO	COMP	362802	1500	R\$ 1,6414	R\$ 2.462,10



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**



168	VIMPOCETINA 5 MG COMPRIMIDO	COMP	369106	6000	R\$ 1,1429	R\$ 6.857,40
169	CARBAMAZEPINA 400MG, COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMP	272457	2000	R\$ 2,60	R\$ 5.200,00
170	OLANZAPINA 5MG, COMPRIMIDO	COMP	271620	1000	R\$ 0,946	R\$ 946,00
Alguns medicamentos apresentam vinculação à marca comercial para atender demandas específicas de processos de Ordem Judicial.					VALOR TOTAL	R\$ 1.490.564,43

#### **4.LOCAL DE ENTREGA**

4.1. Os quantitativos totais expressos neste termo de referência são estimados e representa a previsão desta secretaria requisitante para atender a demanda da Secretaria Municipal Saúde.

4.2. Após o recebimento da nota de empenho, a contratada deverá entregar no prazo de 15 dias corridos.

4.3. Local de entrega: **Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, nº 250, Centro – Mendes/RJ – CEP 26700-000, das 08h às 17h, exceto sábados, domingos ou feriados.**

#### **5. JUSTIFICATIVA DAS QUANTIDADES**

5.1. As quantidades foram estimadas baseadas nas demandas apresentadas nas ordens judiciais atualmente vigentes no Município, com acréscimo no quantitativo, em função da previsão de aumento nos atendimentos realizados na rede municipal, para o período de 12 meses.

#### **6. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

6.1. A aquisição deverá observar as normas e procedimentos contidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.2 A aquisição será realizada por Pregão eletrônico, de acordo com Art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.3. O critério de julgamento estabelecido para esse certame será de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

#### **7. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

7.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Art. 6º, XIII.

#### **8. FORMA DE PAGAMENTO**

8.1 O pagamento será efetuado pelo Município de Mendes através do Fundo Municipal de Saúde no 30º(trigésimo) dia corrido, a contar da data final do período de adimplemento da obrigação, cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, exclusivamente mediante crédito em conta corrente.

#### **9. DA VIGENCIA DO REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. A opção pela adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) deve-se ao fato de este sistema ser um forte aliado aos princípios da eficiência e da economicidade, por ser um procedimento que resulta em vantagens à Administração, reduzindo a quantidade de licitações, por registrar preços

**Rua Professor Paulo Sergio Nader Pereira, n.º 250 - Centro**  
**Mendes/RJ CEP: 26700-000 - Tel. (24) 2465-0377/2465-0409**





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES**

## **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**



e disponibilizá-los por um ano, em Ata, para quando surgir a necessidade, executar o objeto registrado, sem entraves burocráticos, de acordo com Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.2. A Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 meses, podendo ser firmado contrato/empenho para prestação dos serviços registrados em ata durante este período.

### **10. DA ORIGEM DO RECURSO E DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

10.1. A despesa decorrente desta licitação correrá por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, aprovado pela Lei Orçamentária Anual.

### **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no termo de referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade/quantidade de material mencionados neste termo de referência.

11.2. A Contratante poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto contratado em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência.

11.3. Substituir em um prazo máximo de 72 horas corridas, o produto que não estiver de acordo com as características estipuladas no presente termo.

11.4. Os dados constantes na identificação da embalagem de transporte no que se refere a lote, data de validade e fabricação, nome do produto, quantitativo, etc., deverão corresponder ao conteúdo.

### **12. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

12.1. Será designado servidor desta Secretaria para promover o acompanhamento da entrega dos produtos, com fins de conferir no que for necessário às condições previstas neste Termo.

12.2. Rejeitar os produtos que não atendam aos requisitos constantes das especificações do Termo de Referência.

12.3. Efetuar o pagamento no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos seguintes ao recebimento definitivo, com atesto da nota fiscal da venda, que deverá ser realizado por servidor designado no edital.

12.4. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela empresa fornecedora, de acordo com os termos de sua proposta.

12.5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **13. DO RECEBIMENTO DO BEM**

13.1. Os produtos serão recebidos e no ato da entrega, serão conferidos seus componentes e as especificações dos opcionais constantes da proposta comercial.

13.2. Caberá ao servidor responsável rejeitar o produto que não esteja de acordo com as exigências.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES

## SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE



13.3. O contratante em caso de entrega de grandes volumes poderá informar alguma avaria do material ao fornecedor no prazo de 72h corridas e solicitar a troca do material.

13.4. No caso de bens perecíveis, o seu prazo de validade na data da entrega não poderá ser menor que **12 meses**.

### 14. FISCALIZAÇÃO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.

14.2. Não obstante a CONTRATADA seja única e exclusivamente responsável pela execução de todos os serviços, o CONTRATANTE reserva-se no direito de, não restringindo a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados.

14.3. O CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues, bem como os materiais utilizados, se em desacordo com este Termo de referência.

14.4. A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

14.5. Ficarão responsáveis pelo recebimento e fiscalização do objeto os funcionários:

Profissional	Matrícula	Cargo
Vitor Hugo Gonçalves Neves	6199	Coordenador de Assistência Farmacêutica
Amanda Catharino de Mello	54849	Farmacêutica
Rafael de Oliveira dos Santos	2578	Assessor Administrativo
Flora dos Santos Maia de Jesus	5988	Assessora Executiva de Administração de Unidade Básica de Saúde

### 15. MEDIDAS ACAUTELADORAS

15.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

### 16. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

16.1. Cópia da Licença de Funcionamento Estadual ou Municipal, emitida pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual ou Municipal, da sede do licitante;

16.2. Cópia da autorização de funcionamento emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), do fabricante ou importador, impressão não pode ser superior a 90 (noventa) dias;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES**

## **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**



16.3. Certificado de Registro do produto emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, ou cópia de sua publicação completa no Diário Oficial da União, com despacho da concessão de Registro, observada sua validade, ou documento de isenção do registro, conforme disposto na Portaria do Ministério da Saúde nº 2814, de 29/05/98;

16.4. Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando que a licitante forneceu /fornece materiais/produtos compatíveis com o objeto da licitação.

16.5. Não serão aceitos medicamentos manipulados, ou seja, fabricados por Farmácia de Manipulação. Visto que Farmácias de Manipulação não podem manipular, estocar e comercializar medicamentos sem a apresentação de receita médica de acordo com a RDC/ANVISA nº67, de 2007.

Elaborado por:

Amanda Catharino de Mello  
Farmacêutica  
Matrícula 54849

Aprovado por:

Vitor Hugo G Neves  
Coordenador de Assistência Farmacêutica  
Matrícula 6199



## **ESTUDO TECNICO PRELIMINAR**

### **INTRODUÇÃO**

O presente Estudo Técnico Preliminar - ETP reúne o conjunto de informações indicativas e as condições preliminares exigíveis para a aquisição de medicamentos essenciais para a manutenção da saúde dos pacientes do município com demandas judiciais, sob pena de agravo de doença ou morte, por meio de registro de preços, destinado a atender às necessidades de consumo da Secretaria Municipal de Saúde de Mendes/RJ, conforme a demanda.

O ETP ora apresentado constitui a primeira etapa do Planejamento da Contratação, conforme legislação pertinente buscando estabelecer as melhores e mais vantajosas condições de aquisições para atendimento das demandas judiciais relacionadas a saúde.

### **DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO**

Aquisição de medicamentos visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Mendes, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no instrumento convocatório.

Diante da necessidade da Secretaria Municipal de Saúde em adquirir medicamentos a serem empregados com a finalidade de garantir o pleno atendimento às determinações judiciais relacionadas à saúde.

### **SETORES REQUISITANTES**

- Farmácia Básica – Ordem Judicial

### **DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Visando manter os níveis desta contratação dentro dos padrões adequados, verifica-se a necessidade de estabelecer, no mínimo, as seguintes exigências:

Quanto à forma de aquisição dos bens, tendo em vista que se trata de uma demanda com resolução pré-estabelecida, mantém-se a prática institucional de licitação no formato pregão, na forma eletrônica, no sistema de registro de preço.

Em sujeição às normas técnicas, os materiais devem atender aos requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança e atender às normas técnicas aplicáveis ao objeto e divulgadas por órgãos oficiais competentes;

O PREGÃO será no formato ELETRÔNICO e no SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO (SRP) conforme justificativa a seguir:



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES**

## **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**



Em uma licitação convencional, a licitação tem por finalidade uma compra ou contratação específica. Após o procedimento licitatório e assinatura do contrato administrativo, o objeto é entregue à Administração e finda-se o processo.

Por outro lado, a licitação pelo SRP destina-se a registrar preços de fornecedores (que assumem o compromisso de entregar os bens ou executar os serviços durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços - até doze meses - e nas condições nela estipuladas) para contratações eventuais futuras, que poderão ocorrer quantas vezes forem necessárias, dentro do prazo de validade da ata, respeitadas as condições nelas estipuladas.

Ao final do procedimento, será formalizada e assinada a chamada “ATA DE REGISTRO DE PREÇOS” a qual terá validade de 12 (doze) meses. Isso importa em vantagem significativa, tendo em vista da redução do número de licitações pois, através de uma única licitação, a Administração poderá efetuar a compra ou contratação do objeto pelo prazo de validade da ata, quantas vezes forem necessárias, até atingir os quantitativos máximos licitados.

A opção pelo sistema de registro de preço está fundamentada pelo seguinte inciso, do artigo 3º do decreto 7.892/2013: “III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo”.

Portanto o SRP se mostra a melhor opção para contratação pretendida.

### **Requisitos Legais da Solução**

A solução adotada neste documento deve orientar-se e respeitar as seguintes normatizações:

- Lei nº 14.133/2021, que trata das normas gerais sobre licitações e contratos administrativos;
- Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte atualizada;
- Decreto Federal nº 8.538/2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.
- Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras;

### **Requisitos Gerais da Solução**

Também são requisitos relevantes a serem exigidos das empresas, no mínimo, os abaixo relacionados:



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES**

## **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**



- Aderência aos termos do instrumento convocatório da contratação e às legislações federal, estadual, municipal e normatizações relacionadas vigentes;
- Compromisso com a redução do impacto ambiental negativo e com a proteção ao meio natural e antrópico;
- Comprometimento com o uso de produtos certificados e que não contenham potencial agressivo e prejudicial às pessoas, a animais, ao meio ambiente e ao patrimônio;
- Aderência às normas técnicas em geral, em especial as relacionadas com saúde operacional e segurança do trabalho;
- Compromisso com o bem-estar, progresso profissional e pessoal de seus colaboradores;
- Combate ao trabalho infantil ilegal e ao trabalho escravo e análogo a escravo;
- Adoção de requisitos que não limitem a competição e não deixe a unidade requisitante dependente da contratada;
- Garantia da prevalência dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, isonomia, publicidade, probidade administrativa, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório em todo o processo licitatório.

### **Qualificação Técnica;**

1. Cópia da Licença de Funcionamento Estadual ou Municipal, emitida pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual ou Municipal, da sede do licitante;
2. Cópia da autorização de funcionamento emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), do fabricante ou importador, impressão não pode ser superior a 90 (noventa) dias;
3. Certificado de Registro do produto emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, ou cópia de sua publicação completa no Diário Oficial da União, com despacho da concessão de Registro, observada sua validade, ou documento de isenção do registro, conforme disposto na Portaria do Ministério da Saúde nº 2814, de 29/05/98;
4. Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando que o licitante forneceu /fornece materiais/produtos compatíveis com o objeto da licitação.
5. Não serão aceitos medicamentos manipulados, ou seja, fabricados por Farmácia de Manipulação. Visto que Farmácias de Manipulação não podem manipular, estocar e comercializar medicamentos sem a apresentação de receita médica de acordo com a RDC/ANVISA nº67, de 2007.

### **LEVANTAMENTO DE MERCADO**

Foram analisadas contratações similares formalizadas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas ao sistema Painel de Preços do Portal de Compras do Governo Federal, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, e as que foram identificadas foram incorporadas na contratação em análise.

Na contratação em análise não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização consulta pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos serviços serem considerados comuns.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES

## SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE



### DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Mediante a soluções encontradas, se faz menos onerosa para administração, a abertura de procedimento licitatório para registro de preços para aquisição gradativa de medicamentos para atender demandas judiciais de maneira parcelada, no período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme Art. 107 da Lei nº 14.133/21.

Para economicidade da contratação deverá ser utilizado o recurso da competitividade entre empresas do ramo, mediante regular e adequar procedimento instrutório em conformidade com as previsões da legislação pertinentes, cujo fator preponderante será o “Menor preço por item”.

A referida aquisição nos moldes propostos neste Estudo Técnico Preliminar – ETP, visa atender as necessidades da administração municipal, no atendimento às demandas de saúde da Secretaria Municipal de Saúde e ao interesse público.

Portanto, a aquisição destes medicamentos, destina-se a cumprir as metas pactuadas no planejamento, outrossim visa garantir o pleno atendimento às demandas judiciais relacionadas à saúde, fortalecendo a capacidade de resposta do município diante dos desafios impostos pela judicialização na área da saúde.

### Quadro resumo de detalhamento do objeto:

ITEM	MEDICAMENTO	UND	QUANT
1	ACEBROFILINA 10 MG/ML, XAROPE, FRASCO 120 ML	FRS	20
2	ACETAZOLAMIDA 250 MG, COMPRIMIDO	COMP	1500
3	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG, COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO ENTÉRICA	COMP	3000
4	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG TAMPONADO, COMPRIMIDO	COMP	3000
5	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 200 MG TAMPONADO, COMPRIMIDO	COMP	1000
6	ACIDO ACETILSALICÍLICO 81 MG TAMPONADO, COMPRIMIDO	COMP	1000
7	ÁCIDO ASCÓRBICO 1G + ZINCO, CITRATO 10 MG, COMPRIMIDO EFERVESCENTE	COMP	900
8	ÁCIDO URSODESOXICÓLICO 300MG, COMPRIMIDO	COMP	1500
9	ALOGLIPTINA 25MG + PIOGLITAZINA 30 MG, COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	1000
10	AMIODARONA, CLORIDRATO 100 MG, COMPRIMIDO	COMP	1000
11	ANLODIPINO, BESILATO 2,5 MG, COMPRIMIDO	COMP	2000
12	ARGININA, ASPARTATO 250MG, COMPRIMIDO	COMP	2000
13	ATENOLOL 25 MG, COMPRIMIDO	COMP	2000
14	ATORVASTATINA CÁLCICA 10 MG, COMPRIMIDO	COMP	1000
15	ATORVASTATINA CÁLCICA 20 MG, COMPRIMIDO	COMP	3000
16	BACLOFENO 10MG, COMPRIMIDO	COMP	3000





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES

## SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE



17	BENFOTIAMINA 150 MG, DRÁGEA	DRAG	1000
18	BETAISTINA, DICLORIDRATO 16 MG, COMPRIMIDO	COMP	500
19	BETAISTINA, DICLORIDRATO 24 MG, COMPRIMIDO	COMP	5000
20	BETAISTINA, DICLORIDRATO 8 MG, COMPRIMIDO	COMP	1000
21	BEVACIZUMABE 25MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO 4ML	FRS	2
22	BIMATOPROSTA 0,1 MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 3ML	FRS	24
23	BIMATOPROSTA 0,3MG/ML + TIMOLOL 5 MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 3 ML	FRS	20
24	BISOPROLOL, FUMARATO 2,5 MG, COMPRIMIDO	COMP	3000
25	BISOPROLOL, FUMARATO 5 MG, COMPRIMIDO	COMP	3000
26	BISOPROLOL, HEMIFUMARATO 1,25 MG, COMPRIMIDO	COMP	2000
27	BOSENTANA 125MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	COMP	1800
28	BOSENTANA 62,5 MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	COMP	360
29	BRIMONIDINA, TARTARATO 2MG/ML + TIMOLOL, MALEATO 5MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 5 ML	FRS	50
30	BRIMONIDINA, TARTARATO 1MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 5ML	FRS	50
31	BRIMONIDINA, TARTARATO 2MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 5ML	FRS	50
32	BRINZOLAMIDA, TARTARATO 10 MG/ML, SUSPENSÃO OFTÁLMICA, FRASCO 5ML	FRS	24
33	BRINZOLAMIDA, TARTARATO 10MG/ML + TIMOLOL, MALEATO 5 MG/ML SUSPENSÃO OFTÁLMICA, FRASCO 5 ML	FRS	50
34	CARBONATO DE CÁLCIO 600MG + COLECALCIFEROL 200 UI, COMPRIMIDO	COMP	500
35	CARMELOSE SÓDICA 5 MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 10 ML	FRS	60
36	CICLOBENZAPRINA, CLORIDRATO 5 MG, COMPRIMIDO	COMP	1000
37	CILOSTAZOL 100 MG, COMPRIMIDO	COMP	3000
38	CILOSTAZOL 50 MG, COMPRIMIDO	COMP	3000
39	CIMETIDINA 200 MG, COMPRIMIDO	COMP	1000
40	CIPROFIBRATO 100 MG, COMPRIMIDO	COMP	2000
41	CITIDINA 2,5MG + URIDINA 1,5MG + HIDROXOCOBALAMINA 1 MG, CÁPSULA	CAPS	2000
42	CITRATO DE CÁLCIO 250MG, ASSOCIADO A MAGNÉSIO 32,5MG, VITAMINA D 5MCG E VITAMINA K 32,5 MCG, COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	1000
43	CLONIDINA, CLORIDRATO 0,1 MG, COMPRIMIDO	COMP	1000
44	CLONIDINA, CLORIDRATO 0,2 MG, COMPRIMIDO	COMP	3000
45	CLONIDINA, CLORIDRATO 0,15 MG, COMPRIMIDO	COMP	2000
46	CLOPIDOGREL, BISSULFATO 75 MG, COMPRIMIDO	COMP	6000



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**

47	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO NASAL, FRASCO 50ML	FRS	20
48	CLORTALIDONA 25MG + AMILORIDA 5MG COMPRIMIDO	COMP	900
49	COLECALCIFEROL 1.000U.I. COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	500
50	COLECALCIFEROL 15000 UI CAPSULA	CAPS	200
51	COLECALCIFEROL 5.600 UI/ML SOLUÇÃO ORAL, FRASCO 10 ML	FRS	30
52	CREME DE ARNICA, BISNAGA 60G	BIS	45
53	CUMARINA 15MG + TROXERRUTINA 90 MG, DRÁGEA	DRAG	2000
54	DABIGATRANA, ETEXILATO 110 MG, CÁPSULA	CAPS	2000
55	DAPAGLIFLOZINA 10 MG, COMPRIMIDO	COMP	4000
56	DAPAGLIFOZINA 5MG + METFORMINA 1000 MG, COMPRIMIDO REVESTIDO LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMP	2000
57	DAPAGLIFLOZINA 10MG + METFORMINA 1000 MG, COMPRIMIDO REVESTIDO LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMP	2000
58	DEFLAZACORTE 7,5 MG COMPRIMIDO	COMP	1500
59	DENOSUMABE 60MG, SOLUÇÃO INJETÁVEL, CONTÉM 1 SERINGA COM 1ML	AMP	2
60	DEXPANTENOL 50MG/G, BISNAGA 30G	BIS	30
61	DEXTRANA 70 1MG/ML+ HIPROMELOSE 3MG/ML+ GLICEROL 2 MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 15 ML	FRS	20
62	DIOSMINA + HESPERIDINA 450 + 50 MG, COMPRIMIDO	COMP	15000
63	DIOSMINA + HESPERIDINA 900 + 100 MG, COMPRIMIDO	COMP	500
64	DOBESILATO DE CALCIO 500MG, CÁPSULA (DOBEVEN)	CAPS	2000
65	DOISKA 180MCG, CAPSULA	CAPS	900
66	DOMPERIDONA 10MG, COMPRIMIDO	COMP	3000
67	DORZOLAMIDA 2 % SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 5 ML	FRS	50
68	DOXAZOSINA 5MG + FINASTERIDA 2 MG, CÁPSULA	COMP	500
69	DOXAZOSINA 2MG, COMPRIMIDO	COMP	2000
70	DULAGLUTIDA 1,5MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, CANETA	SER	100
71	EMPAGLIFLOZINA 10 MG COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	2000
72	EMPAGLIFLOZINA 25 MG COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	1000
73	ENALAPRIL, MALEATO 10MG + HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG, COMPRIMIDO	COMP	2000
74	ESOMEPRAZOL, MAGNÉSIO 20 MG, CÁPSULA	CAPS	1000
75	ESOMEPRAZOL, MAGNÉSIO 40 MG, CÁPSULA	CAPS	1000
76	ESPIRONOLACTONA 50MG + HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG, COMPRIMIDO	COMP	1000
77	EZETIMIBA 10 MG, COMPRIMIDO	COMP	2000



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES

## SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE



78	EZETIMIBA 10 MG + ROSUVASTATINA 20 MG, COMPRIMIDO	COMP	1000
79	FENOFIBRATO 200MG COMPRIMIDO	COMP	2000
80	FERRIPOLIMALTOSE 100 MG COMPRIMIDO MASTIGÁVEL	COMP	1000
81	FINASTERIDA 5 MG, COMPRIMIDO	COMP	1000
82	FORMOTEROL + BUDESONIDA 12 + 400 MCG CÁPSULA	CAPS	12000
83	FORMOTEROL, FUMARATO 12 MCG CÁPSULA	CAPS	900
84	FUROSEMIDA 40MG + CLORETO DE POTÁSSIO 100 MG, COMPRIMIDO	COMP	2000
85	GLICLAZIDA 60 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMP	3000
86	GLICOSAMINA, SULFATO 1,5G + CONDROITINA, SULFATO 1,2G, SACHE 5G	SACHE	2000
87	GLICOSAMINA, SULFATO 500MG + CONDROITINA, SULFATO 400 MG CÁPSULA	CAPS	8000
88	GLICOSAMINA, SULFATO 1,5 G, SACHÊ 3,95 G	SACHE	1000
89	GLIMEPIRIDA 2 MG COMPRIMIDO	COMP	2000
90	GLIMEPIRIDA 4 MG COMPRIMIDO	COMP	3000
91	HIALURONATO DE SÓDIO 0,15%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 15 ML (HYABAK COLÍRIO)	FRS	120
92	HIDROSMINA 200MG, CÁPSULA	CAPS	1000
93	HIPROMELOSE 3MG/ML + DEXTRANA 70 1 MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 15 ML	FRS	100
94	INDAPAMIDA 1,5 MG COMPRIMIDO	COMP	3000
95	INSULINA ASPARTE 100 UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL COM SISTEMA DE APLICAÇÃO 3 ML, CANETA	UND	150
96	INSULINA DEGLUDECA 100 UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, REFIL, TUBETE 3ML	UND	50
97	INSULINA DEGLUDECA 100UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL COM SISTEMA DE APLICAÇÃO 3ML, CANETA	UND	60
98	INSULINA FIASP 100UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, REFIL 3ML, TUBETE	UND	20
99	INSULINA GLARGINA 100 UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO 10 ML	UND	30
100	INSULINA GLARGINA 100 UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL COM SISTEMA DE APLICAÇÃO 3ML, CANETA	UND	200
101	INSULINA GLARGINA 100 UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, REFIL 3ML, TUBETE	UND	50
102	INSULINA LIRAGLUTIDA 6 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL COM SISTEMA DE APLICAÇÃO 3 ML, CANETA	UND	100
103	INSULINA LISPRO 100 UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO 10 ML	FRS	15
104	ISOSSORBIDA, MONONITRATO 20 MG COMPRIMIDO	COMP	2000
105	ISOSSORBIDA, MONONITRATO 40 MG COMPRIMIDO	COMP	1500
106	ITRACONAZOL 100MG, CAPSULA	CAPS	2000
107	LACTULOSE 667 MG/ML, XAROPE, FRASCO 120 ML	FRS	150



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**



108	LANZOPRAZOL 30MG CAPSULA DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	CAPS	1000
109	LATANOPROSTENO BUNODE 0,24MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 5ML	FRS	20
110	LEVANLODIPINO, BESILATO 2,5 MG COMPRIMIDO	COMP	3000
111	LEVANLODIPINO, BESILATO 5 MG COMPRIMIDO	COMP	2000
112	LEVODOPA 100MG + CLORIDRATO DE BENZERAZIDA 25MG HBS CÁPSULA DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	CAPS	4000
113	LEVOTIROXINA SÓDICA 112 MCG COMPRIMIDO	COMP	500
114	LEVOTIROXINA SÓDICA 37,5 MCG COMPRIMIDO	COMP	500
115	LEVOTIROXINA SÓDICA 75 MCG COMPRIMIDO	COMP	500
116	LIDOCAÍNA GEL 20MG/G, BISNAGA 30 g	BIS	30
117	LINAGLIPTINA 5 MG COMPRIMIDO	COMP	1000
118	LOPERAMIDA, CLORIDRATO, 2MG, COMPRIMIDO	COMP	10000
119	METFORMINA, CLORIDRATO 500 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	COMP	14000
120	METILDOPA 500MG, COMPRIMIDO	COMP	2000
121	METOPROLOL, SUCCINATO 25 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMP	4000
122	METOPROLOL, SUCCINATO 50 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMP	2000
123	METOPROLOL. SUCCINATO 100 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMP	1000
124	MICOFENOLATO DE MOFETILA 500 MG COMPRIMIDO	COMP	2000
125	MOMETASONA, FUROATO 1 % CREME, BISNAGA 20 G	BIS	20
126	MOXIFLOXACINO, CLORIDRATO 5MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 5ML (VIGAMOX)	FRS	30
127	NEBIVOLOL 5 MG COMPRIMIDO	COMP	2000
128	NEUTROFER FOLICO, COMPRIMIDO	COMP	1500
129	NIFEDIPINO 10 MG COMPRIMIDO	COMP	2000
130	NIMESULIDA 100 MG COMPRIMIDO DISPERSÍVEL	COMP	900
131	NIMODIPINO 30 MG COMPRIMIDO	COMP	2000
132	NINTEDANIBE 150MG, CAPSULA	CAPS	1800
133	NISTATINA 100.000UI + OXIDO DE ZINCO 200MG/G POMADA, BISNAGA 60G	BIS	40
134	OLMESARTANA 20MG, COMPRIMIDO	COMP	1000
135	PANTOPRAZOL 20 MG COMPRIMIDO	COMP	2000
136	PANTOPRAZOL 40 MG COMPRIMIDO	COMP	6000
137	PASSIFLORA INCARNATA 100MG + CRATAEGUS OXYACANTHA 30MG + SALIX ALBA 100 MG COMPRIMIDO	COMP	1000
138	PENTOXIFILINA 400 MG COMPRIMIDO	COMP	2000



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES

## SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE



139	PERINDOPRIL 10MG COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	1000
140	PREDNISOLONA, ACETATO 10 MG/ML, SUSPENSÃO OFTÁLMICA, FRASCO 5ML (STER)	FRS	40
141	PROPRANOLOL 10MG COMPRIMIDO	COMP	2000
142	PROPATILNITRATO 10 MG COMPRIMIDO	COMP	18000
143	RACECADOTRILA 100MG CAPSULA	CAPS	2000
144	RACEMETIONINA 100G+CLORETO DE COLINA 20MG COMPRIMIDO	COMP	2000
145	RISEDRONATO SÓDICO 35MG COMPRIMIDO	COMP	100
146	RIVAROXABANA 15 MG COMPRIMIDO	COMP	3000
147	RIVAROXABANA 20 MG COMPRIMIDO	COMP	4000
148	ROSUVASTATINA CÁLCICA 20 MG COMPRIMIDO	COMP	8000
149	SACUBITRIL 49MG + VALSARTANA 51MG COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	2000
150	SITAGLIPTINA 100 MG, COMPRIMIDO (JANUVIA)	COMP	1000
151	SOTALOL, CLORIDRATO 160 MG COMPRIMIDO	COMP	2000
152	SUPLEMENTO NUTRICIONAL COMPOSTO POR LUTEÍNA, ZEAXANTINA, ZINCO E VITAMINAS A, C, E, 20MG, CAPSULA	CAPS	1500
153	SYSTANE UL, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 10 ML	FRS	20
154	TANSULOSINA, CLORIDRATO 0,4MG + DUTASTERIDA 0,5MG, CÁPSULA DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	CAPS	1800
155	TIMOLOL, MALEATO 0,5 % SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5 ML	FRS	90
156	TRAVOPROSTA 0,04%MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA 2,5 ML	FRS	40
157	TRIMETAZIDINA 35 MG COMPRIMIDO	COMP	12000
158	TRIMETAZIDINA 80 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMP	3000
159	UMECLIDÍNIO, BROMETO 62,5 MCG + VILANTEROL 25 MCG, FRASCO 30DOSES	FRS	20
160	VALSARTANA 320MG + ANLODIPINA 5 MG COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	1000
161	VALSARTANA 160MG + ANLODIPINA 5 MG COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	1500
162	VALSARTANA 160MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5 MG COMPRIMIDO	COMP	3000
163	VALSARTANA 160MG COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	5000
164	VERAPAMIL 120MG COMPRIMIDO	COMP	3000
165	VERAPAMIL 80MG COMPRIMIDO	COMP	3000
166	VILDAGLIPTINA + METFORMINA, CLORIDRATO 50 + 1000 MG COMPRIMIDO	COMP	1500
167	VILDAGLIPTINA 50 MG COMPRIMIDO	COMP	1500
168	VIMPOCETINA 5 MG COMPRIMIDO	COMP	6000
169	CARBAMAZEPINA 400MG, COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO	COMP	2000



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES

## SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE



	PROLONGADA		
170	OLANZAPINA 5MG, COMPRIMIDO	COMP	1000

\*Alguns medicamentos apresentam vinculação à marca comercial para atender demandas específicas de processos de Ordem Judicial.

### ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

As quantidades foram estimadas baseadas nas demandas apresentadas nas ordens judiciais atualmente vigentes no Município, com acréscimo no quantitativo, em função da previsão de aumento nos atendimentos realizados na rede municipal.

### JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Por se tratar de contratação de bens de natureza divisível, o parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, com os benefícios concedidos para as micro e pequenas empresas previstos nos incisos I e III do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, visando aumentar a participação de concorrentes.

### CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

### DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente contratação está aderente ao planejamento do município, que mantém o cumprimento das contratações de bens e serviços conforme demanda, como forma de garantir o perfeito funcionamento da instituição com segurança operacional, boas condições para o exercício da administração e com totais garantias para o atendimento de suas atividades fins.

Para tanto o município mantém seus atos de planejamento e controles atualizados e em permanente modernização, tendo entre seus objetivos melhorar os procedimentos de aquisições, na forma e no momento mais adequado.

O fulcro deste ETP é estabelecer as condições gerais e minimamente necessárias para que se proceda a uma contratação dentro dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, e principalmente ampla e irrestrita transparência processual no processo de escolha da solução que mais se adequa à demanda identificada pelo município.

### RESULTADOS PRETENDIDOS

A presente contratação almeja a aquisição do objeto que atenda, além dos requisitos específicos estabelecidos neste documento, a formalização de contrato que garanta a economicidade, eficácia, eficiência e melhor aproveitamento dos recursos financeiros da administração pública.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES**

## **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**



### **PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL**

Não será utilizado nenhum recurso que demande alteração da estrutura atual.

### **DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) considerou a necessidade de contratação do objeto, os requisitos técnicos, legais, ambientais, o mercado em que o objeto se encontra inserido, bem como todos os demais requisitos necessários para a caracterização e quantificação da demanda identificada, bem como o processo de escolha da solução que melhor se adequa à Instituição nesta oportunidade. Foram considerados ainda os requisitos ambientais; os aspectos legais.

Desta forma, entende-se ser VIÁVEL a contratação em comento, consoante o inciso XIII do art. 9º da IN nº 58 de 08 de agosto de 2022, da SEGES/ME, e, visando dar início à implementação do objeto aqui delineado, recomenda-se a elaboração de Termo de Referência com base no presente estudo e o encaminhamento para o setor competente para o prosseguimento do feito.

Elaborado por:	Aprovado por:
Amanda Catharino de Mello Mat. 54849 Farmacêutica	Vitor Hugo Gonçalves Neves Mat. 6199 Coordenador da Assistência Farmacêutica





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

**EDITAL DE PREGÃO SOB A FORMA ELETRONICA Nº 90007/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 5935/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90007/2025**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ANEXO III**

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MENDES**, com sede na Rua Professor Paulo Sérgio Nader Pereira, nº 250, Centro, na cidade de Mendes/RJ, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 12.014.954/0001-32, neste ato representada pela Sra. Sirlene Alves de Jesus da Silva, Ordenadora de Despesas da Secretaria Municipal de Saúde, nomeada pela Portaria nº 004/2024 de 02 de janeiro de 2024, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro na data de 03 de janeiro de 2024, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90007/2025, publicada no ..... de ...../202....., processo administrativo nº 5935/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **Edital do Pregão Eletrônico nº 90007/2025**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto a futura e eventual aquisição de medicamentos para atendimento às demandas judiciais dos pacientes do Município de Mendes/RJ, para o período de 12 meses, através do Sistema de Registro de Preços, especificado nos itens do Termo de Referência, Anexo II, do Edital do Pregão Eletrônico nº 90007/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
------	---------------	------------------------------------	-------------------------------------	---------	------------	-------------------	----------------



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

--	--	--	--	--	--	--	--

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### **3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão gerenciador será o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MENDES.

### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

#### **Dos limites para as adesões**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

**5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.4. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.5. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

**9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO II do Edital do Pregão Eletrônico nº 90007/2025.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

**Cadastro Reserva**

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

**EDITAL DE PREGÃO SOB A FORMA ELETRONICA Nº 90007/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 5935/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90007/2025**

**MINUTA DO TERMO DE CONTRATO – ANEXO IV**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE  
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE MENDES, POR  
INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DE MENDES E .....

O Município de Mendes, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Mendes, com sede na Rua Professor Paulo Sérgio Nader Pereira, nº 250, Centro, na cidade de Mendes, Estado do Rio de Janeiro, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 12.014.954/0001-32, neste ato representado pela Sra. Sirlene Alves de Jesus da Silva, Ordenadora de Despesas da Secretaria Municipal de Saúde, nomeada pela Portaria nº 004/2024 de 02 de janeiro de 2024, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro na data de 03 de janeiro de 2024, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº 5935/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90007/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))**

1.1. O objeto do presente instrumento é a futura e eventual aquisição de medicamentos para atendimento às demandas judiciais dos pacientes do Município de Mendes/RJ, para o período de 12 meses, através do Sistema de Registro de Preços, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR	VALOR
------	---------------	--------	---------	------------	-------	-------



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

			DE MEDIDA		UNITÁRIO	TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura deste termo, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

**4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))**

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

**6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

**8. CLÁUSULA OITAVA – DIREITO DE FISCALIZAÇÃO ([art. 92, XIV](#))**

- 8.1. A fiscalização anotarà em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em tempo hábil, para adoção das medidas cabíveis.
- 8.2. A Contratada indicará um preposto aceito pelo Município, para prover o que disser respeito a regular execução do contrato, sendo responsável pela manutenção da planilha financeira, anotando diariamente todas as ocorrências referentes à execução contratual.
- 8.3. O Contratante manterá preposto designado para acompanhamento e fiscalização do objeto deste termo de contrato.
- 8.4. Na fiscalização, o Contratante transmitirá por escrito às instruções, ordens e reclamações a Contratada, objetivando o saneamento de pendências ou dúvidas eventualmente surgidas no decorrer dos trabalhos.

**9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))**

- 9.1. São obrigações do Contratante:
- 9.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 9.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 9.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 9.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 9.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 9.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 9.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

9.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))**

10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

10.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

10.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

10.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

10.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));**
- ii. **Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));**
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).**
- iv. **Multa:**
  - 1. **Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, respeitado os limites da lei civil;**
  - 2. **Multa administrativa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da nota de empenho nas demais hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza seja contratual ou legal;**

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

12.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **60 (sessenta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

12.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas,



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

13.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

13.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.3.3. Indenizações e multas.

13.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

14.1.1. Gestão/Unidade:

14.1.2. Fonte de Recursos:

14.1.3. Programa de Trabalho:

14.1.4. Elemento de Despesa:

14.1.5. Plano Interno:

14.1.6. Nota de Empenho:

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO ([art. 92, §1º](#))**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Mendes/RJ para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:**

1-

2-





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 5935/2025**  
**EDITAL DE PREGÃO SOB A FORMA ELETRÔNICA Nº 90007/2025**

**ANEXO V**

**MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**

**Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2025**

\_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_,  
inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, vem, por intermédio de seu representante  
legal, o (a) Sr (a). \_\_\_\_\_, portador (a) do documento de identidade nº  
\_\_\_\_\_, expedido pelo \_\_\_\_\_ e CPF/MF nº \_\_\_\_\_, em atenção ao  
disposto na legislação vigente, em especial na Lei Federal nº 14.133/21, DECLARAR que:

**I. Condições de participação**

- a) Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- b) Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.
- c) Não estamos enquadrados nos impedimentos para disputa de licitação ou execução do contrato de que trata o Art. 14 da Lei Federal Nº 14.133/2021.

**II. Declarações para fins de habilitação**

- a) Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.
- b) Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.
- c) Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- d) Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- e) Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

**III. Declarações de cumprimento à legislação trabalhista**

- a) Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.
- b) Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

Local e Data

Assinatura do Representante Legal da Empresa

***Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da Empresa.***



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 5935/2025**  
**EDITAL DE PREGÃO SOB A FORMA ELETRÔNICA Nº 90007/2025**

**ANEXO VI**

**MODELO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA - ME**

Ao  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MENDES - RJ  
Rua Professor Paulo Sérgio Nader Pereira, nº 250, 2º andar - Centro.

**REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2025**

Prezados Senhores:

RAZÃO SOCIAL:  
ENDEREÇO:  
CNPJ (MF)  
TELEFONE:  
E-MAIL:

DECLARA a pessoa jurídica acima qualificada, através de seus sócios, sob pena de cometimento de ilícitos administrativos, civis e penais, que cumpre os requisitos legais para efeito de **ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA – ME** e que não se perfilha em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento diferenciado e favorecido de que trata os artigos 42 a 48 da mencionada Lei (alterada pela Lei Complementar nº 147/2014).

Do mesmo modo e sob as penas da lei, neste ato se compromete a pessoa jurídica em notificar o **MUNICÍPIO DE MENDES – ESTADO DO RIO DE JANEIRO** acerca de qualquer alteração que venha resultar no seu desenquadramento referente à condição de **MICROEMPRESA - ME**, bem como em relação às circunstâncias de que trata o § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Local (UF), em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2026.

Representantes Legais  
CPF (MF) e Carteira de Identidade



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Prof. Paulo Sérgio Nader Pereira, 250, 2º andar - Centro, Mendes – RJ – CEP: 26.700-000

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 5935/2025**  
**EDITAL DE PREGÃO SOB A FORMA ELETRÔNICA Nº 90007/2025**

**ANEXO VI**

**MODELO DE ENQUADRAMENTO COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP**

Ao  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MENDES - RJ  
Rua Professor Paulo Sérgio Nader Pereira, nº 250, 2º andar - Centro.

**REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2025**

Prezados Senhores:

RAZÃO SOCIAL:  
ENDEREÇO:  
CNPJ (MF)  
TELEFONE:  
E-MAIL:

DECLARA a pessoa jurídica acima qualificada, através de seus sócios, sob pena de cometimento de ilícitos administrativos, civis e penais, que cumpre os requisitos legais para efeito de **ENQUADRAMENTO COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP** e que não se perfilha em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento diferenciado e favorecido de que trata os artigos 42 a 48 da mencionada Lei (alterada pela Lei Complementar nº 147/2014).

Do mesmo modo e sob as penas da lei, neste ato se compromete a pessoa jurídica em notificar o **MUNICÍPIO DE MENDES – ESTADO DO RIO DE JANEIRO** acerca de qualquer alteração que venha resultar no seu desenquadramento referente à condição de **EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP**, bem como em relação às circunstâncias de que trata o § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Local (UF), em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2026.

Representantes Legais  
CPF (MF) e Carteira de Identidade